

Pastor deve comandar área de índios isolados da Funai

Ricardo Lopes Dias, ex-missionário, atuou na evangelização de povos no Amazonas; escolha é criticada por indigenistas

André Borges | BRASÍLIA

A coordenação de índios isolados da Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá ser assumida pelo pastor e ex-missionário evangélico Ricardo Lopes Dias. Apesar de a nomeação ainda não ser oficial, o nome de Dias já é dado como certo. A escolha foi criticada por indigenistas e organizações não governamentais que tratam do tema.

Dias já foi ligado à Missão Novas Tribos do Brasil e atuava como missionário, evangelizando índios na região do Vale do Javari, no Amazonas, uma das maiores terras indígenas demarcadas do País, com mais de 8 milhões de hectares e que concentra o maior número de registros de povos isolados do mundo.

O governo do presidente Jair

Bolsonaro já sinalizou que não concorda com a política de não contato com índios isolados – mantida pela Funai há mais de 30 anos – e que pretende acessar esses povos.

A Funai reconhece 26 grupos considerados isolados, com ausências de relações permanentes ou com pouca frequência de interação com as sociedades nacionais. Há, ainda, 21 grupos de recente contato, que mantêm relações de contato permanente ou intermitente com segmentos da sociedade.

Hoje, há pelo menos 107 registros da presença de índios isolados em toda a Amazônia Legal, área que abrange nove Estados.

A Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial da Funai é uma das áreas do órgão que mais têm tido trocas de comando.

Em outubro do ano passado, o governo retirou da chefia da área o agente indigenista da Funai Bruno Pereira, um dos principais especialistas em povos isolados do Brasil. Indigenistas



GUILHERME ONIPPER/TREVISAN/HUTUKARA

Amazônia. Há 107 registros da presença de índios isolados

e ex-coordenadores-gerais da divisão divulgaram uma carta aberta para criticar a exoneração do servidor.

No início do governo Bolsonaro, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, disse que iria manter em funcionamento as atuais políticas públicas de proteção aos índios isolados e de recente contato, sem nenhum tipo de mudança.

“Esses indígenas continua-

rão a ter a proteção do Estado nos moldes em que se encontram hoje. O contato com eles pode ser nocivo”, declarou a ministra, na ocasião.

Críticas. Diversas organizações não governamentais repudiaram a indicação do pastor evangélico e ex-missionário. Em nota, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira diz que o País estará sujeito a “crimes de

genocídio e etnocídio que serão cometidos contra os nossos parentes isolados e de recente contato caso se concretize a nomeação de uma pessoa ligada às atividades de proselitismo religioso para o setor da Funai que atua com esses nossos parentes”.

“Atuação missionária nas aldeias tem sido nociva tanto quanto as doenças, pois causa a desorganização étnica, social e cultural dos povos indígenas”,

declarou em nota a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univajá).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também protestou contra a escolha. “O governo Bolsonaro dá evidentes sinais de abandono à perspectiva técnico-científica, do respeito ao direito de existência livre desses povos.”

O Instituto Socioambiental (ISA) declarou que a indicação de Dias “alarmar indigenistas, que veem no nome um risco à política consolidada de não contato com essas populações e o respeito ao isolamento voluntário desses povos”.

A Defensoria Pública-Geral da União (DPU) cobrou explicações da Funai e também manifestou “preocupação com as movimentações que podem indicar mudanças nas políticas públicas de proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato”.

Ao Estado, Ricardo Lopes Dias confirmou que foi indicado para o posto, mas ainda aguarda a oficialização de seu nome pela diretoria da Funai e a publicação no *Diário Oficial* da União. Procurada, a Funai não se manifestou sobre a escolha.